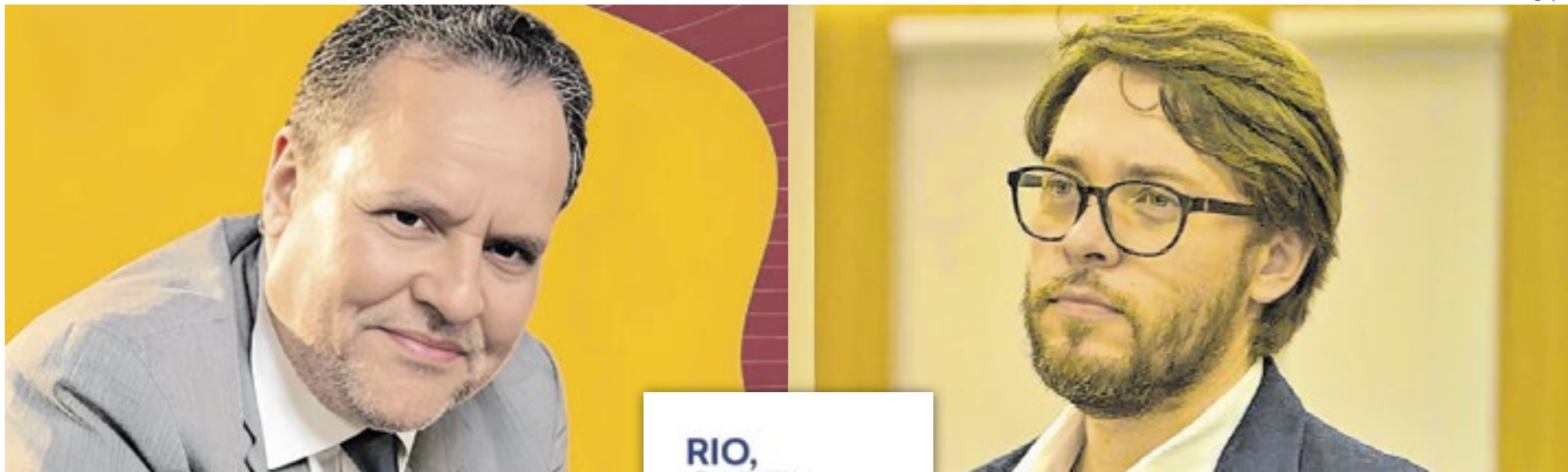


ENTREVISTA | CHRISTIAN LYNCH E ELIZEU SANTIAGO

CIENTISTA POLÍTICO E DIRETOR DO ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

‘Trata-se de um problema estrutural, não de um defeito moral da cidade ou de seus habitantes’

Divulgação



“Criou-se uma certa naturalização da decadência e do maltrato desse patrimônio, resultado de décadas de abandono institucional”

CHRISTIAN LYNCH

“Parte dos problemas enfrentados pelo Rio tem raízes políticas que remontam à mudança da capital para Brasília e à fusão imposta pela ditadura militar”

ELIZEU SANTIAGO

Por que o Rio de Janeiro deveria ser oficialmente reconhecido como segundo Distrito Federal do país?

Christian Lynch – O Rio foi a única cidade brasileira que se especializou em representar simbolicamente a totalidade da nação, permanecendo como capital científica, cultural e militar do país, concentrando universidades, centros de pesquisa, instituições culturais, comandos e instalações estratégicas que não encontram paralelo em nenhuma outra capital estadual. Reconhecer essa capitalidade significa, antes de tudo, admitir uma realidade já existente. O movimento não visa restaurar algo perdido, mas criar uma base simbólica e programática capaz de mobilizar a classe política e a sociedade civil fluminenses, permitindo resistir a decisões que aprofundam a marginalização do Rio e pressionar por uma redefinição clara do papel do governo federal na cidade. O objetivo final não é apenas afirmar uma identidade, é transformá-la em capacidade efetiva de ação política e reposicionar o Rio de Janeiro no centro da vida nacional.

É possível atribuir a queda de qualidade de vida na cidade à fusão da Guan-

OLGA DE MELLO Especial para o Correio da Manhã

Em 1960, o Brasil ganhou uma capital novinha em folha: Brasília, cidade planejada para determinar os rumos do país, no centro do território nacional. O Rio de Janeiro, que exerceu tal função por quase 200 anos, perdeu prestígio político, porém se manteve como um dos polos da criação cultural, turística e impulsionador da economia do país - pela exploração de campos de petróleo e gás na costa fluminense. Para muitos estudiosos, a cidade merece ser reconhecida como capital honorária do Brasil - até por reunir mais funcionários públicos federais do que Brasília -, campanha que tem entre seus adeptos o prefeito Eduardo Paes. A tese é defendida desde 2017 pelo cientista político Christian Lynch, que divide a organização do livro “Rio, capital do Brasil: Ensaios sobre a capitalidade” (Ed. Jaguaritica, com apoio da Prefeitura e do Arquivo Geral da Cidade), com Elizeu Santiago, diretor de Ensino e Pesquisa do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Em entrevista ao Correio da Manhã, Santiago e Lynch esclarecem essa tese e alguns temas do livro, que será lançado nesta quarta-feira (14), com um seminário no Palácio da Cidade.

bara com o Estado do Rio, em 1975?

Elizeu Santiago – Parte dos problemas enfrentados hoje pelo Rio de Janeiro tem raízes políticas profundas, que remontam à mudança da capital federal para Brasília e à fusão imposta pela ditadura militar, em 1975. Essa operação criou uma estrutura federativa de difícil gestão, e qualquer solução viável para resolvê-la passa pelo reconhecimento explícito da capitalidade do Rio de Janeiro por parte do governo federal, com a concessão formal do título de capital honorária ao Rio de Janeiro, acompanhada da criação de um grupo de trabalho voltado à

gestão racional e coordenada do vasto patrimônio federal existente no município.

O Rio manteve, na prática, sua trajetória de capital política e cultural, apesar dos graves problemas que enfrenta?

Elizeu Santiago – O livro parte da constatação de que o Rio de Janeiro nunca deixou de ser a capital simbólica e cultural do Brasil. Essa centralidade não é um resíduo do passado, mas uma condição estrutural que continua a se reproduzir no presente, apesar da crise prolongada vivida pela cidade e pelo estado. A

tendência quase imperial de concentrar funções administrativas na capital federal — isolando a administração pública num enclave artificialmente apartado do principal centro demográfico, cultural e simbólico do país — tem contribuído diretamente para o agravamento da crise fluminense.

O reconhecimento da capitalidade poderia alterar a percepção do próprio carioca, crítico constante da qualidade de vida e insegurança da cidade?

Christian Lynch – No caso da segurança pública, a crítica é

mais do que justificada. A situação dramática da segurança no Rio é inseparável de sua condição singular: uma cidade com forte presença federal, atravessada por competências sobrepostas, responsabilidades difusas e um histórico recorrente de intervenções federais, formais ou informais. Trata-se de um problema estrutural, não de um defeito moral da cidade ou de seus habitantes. O carioca, em geral, valoriza muito a cidade do Rio de Janeiro; o que ele tende a não valorizar da mesma forma é o seu patrimônio histórico e artístico. Criou-se uma certa naturalização da decadência e do maltrato desse patrimônio, resultado de décadas de abandono institucional. Reverter esse quadro é uma tarefa do poder público. Durante séculos, o Estado brasileiro investiu pesadamente na representação do Rio como capital do país, por meio de palácios, prédios administrativos, avenidas monumentais e marcos simbólicos. Esse acervo não é ornamental, ele materializa uma história política e institucional singular. O reconhecimento de que o Rio permanece uma cidade de natureza federal — por sua história, por seu patrimônio, por suas funções e por sua densidade institucional — precisa orientar políticas públicas concretas